



Crefisa S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos

CNPJ/MF nº 60.779.196/0001-96

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações contábeis referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.

Balancos Patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)			
	Nota	2019	2018		2019	2018	
Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante		5.507.821	4.792.239	Circulante		413.886	348.079
Disponibilidades	4	26.239	19.035	Outras Obrigações		413.886	348.079
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.522.343	1.515.156	Cobrança, Arrecadação de Tributos e Assemelhados		865	916
Aplicações em Operações Compromissadas	4	315.695	383.749	Sociais e Estatutárias		129.761	–
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5	1.206.648	1.131.407	Fiscais e Previdenciárias	11	234.411	282.749
Títulos e Valores Mobiliários		2.007.044	1.494.397	Diversas		48.489	64.414
Carteira Própria	6	2.007.044	1.494.397				
Operações de crédito		1.429.017	1.504.616	Exigível a Longo Prazo		47.554	33.902
Setor Privado	7	2.038.968	2.014.530	Outras Obrigações		47.554	33.902
(-) Provisão para operações de crédito	8	(609.951)	(509.914)	Diversas	12	47.554	33.902
Outros Créditos		523.062	258.605				
Diversos	9	523.062	258.605	Patrimônio Líquido		13 5.273.456	4.555.451
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8	(33.597)	(10.005)	Capital Social – Domiciliados no País		4.300.000	3.700.000
Outros Valores e Bens		116	430	Reservas de Lucros		973.456	855.451
Realizável a Longo Prazo		179.450	92.129				
Operações de Crédito		154.608	77.101				
Setor Privado	7	154.608	77.101				
Outros Créditos		24.842	15.028				
Diversos	9	24.842	15.028				
Permanente		47.625	53.064				
Imobilizado de Uso		28.692	31.217				
Outras Imobilizações de Uso		28.692	31.217				
(-) Depreciações Acumuladas		(32.569)	(25.541)				
Intangível		18.933	21.847				
Outros Ativos Intangíveis		18.933	21.847				
(-) Amortização Acumulada – Ativos Intangíveis		(23.857)	(22.561)				
Total do Ativo		5.734.896	4.937.432	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		5.734.896	4.937.432

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis – Semestres findos em 30 de junho de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Crefisa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos, (“Instituição” ou “Crefisa”) é uma instituição financeira privada e independente, constituída em 1964 e devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), operando basicamente com crédito pessoal sem consignação. Atualmente, a Crefisa atua em todos os Estados do Brasil, com mais de 1.000 pontos de atendimento.

2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotadas para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) recepcionados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitam com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Essas demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para demandas judiciais, perdas por redução do valor recuperável de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos para negociação, ativos não financeiros e outras provisões. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, houve mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir. As demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019 foram aprovadas pela Administração em 22 de agosto de 2019.

3. Principais práticas contábeis – As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações contábeis são:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, reservas livres em espécie no Banco Central do Brasil (apresentados como disponibilidades no balanço patrimonial), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários imediatamente convertíveis ou com prazo original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, conforme prevê a Resolução CMN nº 3.604/08 e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2. Títulos e valores mobiliários: De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: a. Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre/exercício; b. Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sob o título de “ajustes de avaliação patrimonial”; e c. Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles em que há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre. **3.3. Operações de crédito:** As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e os respectivos encargos, e retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar. **3.4. Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “A” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” (100% de provisão) permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas no mínimo no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando eventos e condições indiquem e evidenciem amortização relevante da dívida e melhoras de garantias, conforme previsto pela Resolução CMN nº 2.682/99. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. **3.5. Ativo imobilizado:** É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzidas das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do balanço. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: móveis e utensílios, sistemas de comunicações e instalações – 10% e sistemas de processamento de dados e veículos – 20%.

3.6. Intangível: Conforme disposto na Resolução CMN nº 3.642/08, os ativos intangíveis devem corresponder aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade da Instituição ou exercidos com esta finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, conforme Carta-Circular nº 3.357/08 do BACEN. **3.7. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.535/08, e na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 25, aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma: a. Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Não existem ativos contingentes para 30 de junho de 2019; b. Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; c. Obrigações legais: são registradas como exatíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. **3.8. Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata dia”, e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. **3.9. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor é calculada à alíquota de 15%. **3.10. Crédito tributário:** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, sendo os seus efeitos registrados na rubrica “Outros créditos – diversos” com reflexo no resultado do período. **3.11. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “pro rata dia” para as de natureza financeira. As rendas e os encargos são apropriados em razão da fluência de seus prazos. **3.12. Lucro por ação:** É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalente de caixa

	2019	2018
Disponibilidades	26.239	19.035
Aplicações no mercado aberto – posição bancada – Letras do Tesouro Nacional	315.695	383.749
Total	341.934	402.784

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2019	2018
Aplicações em depósitos interfinanceiros – Não ligadas	1.206.648	1.131.407
Total	1.206.648	1.131.407

6. Títulos e valores mobiliários

	2019	2018
Carteira Própria	2.007.044	1.494.397
Operações de crédito	1.429.017	1.504.616
Outros créditos	523.062	258.605
Outros valores e bens	116	430
Realizável a longo prazo	179.450	92.129
Operações de crédito	154.608	77.101
Outros créditos	24.842	15.028
Permanente	47.625	53.064
Imobilizado de uso	28.692	31.217
Outras imobilizações de uso	28.692	31.217
(-) Depreciações acumuladas	(32.569)	(25.541)
Intangível	18.933	21.847
Outros ativos intangíveis	18.933	21.847
(-) Amortização acumulada – ativos intangíveis	(23.857)	(22.561)
Total do Ativo	5.734.896	4.937.432

7. Operações de crédito

	2019	2018
Operações de crédito	1.429.017	1.504.616
Outros créditos	523.062	258.605
Outros valores e bens	116	430
Realizável a longo prazo	179.450	92.129
Operações de crédito	154.608	77.101
Outros créditos	24.842	15.028
Permanente	47.625	53.064
Imobilizado de uso	28.692	31.217
Outras imobilizações de uso	28.692	31.217
(-) Depreciações acumuladas	(32.569)	(25.541)
Intangível	18.933	21.847
Outros ativos intangíveis	18.933	21.847
(-) Amortização acumulada – ativos intangíveis	(23.857)	(22.561)
Total do Ativo	5.734.896	4.937.432

8. Provisão para operações de crédito

	2019	2018
Operações de crédito	1.429.017	1.504.616
Outros créditos	523.062	258.605
Outros valores e bens	116	430
Realizável a longo prazo	179.450	92.129
Operações de crédito	154.608	77.101
Outros créditos	24.842	15.028
Permanente	47.625	53.064
Imobilizado de uso	28.692	31.217
Outras imobilizações de uso	28.692	31.217
(-) Depreciações acumuladas	(32.569)	(25.541)
Intangível	18.933	21.847
Outros ativos intangíveis	18.933	21.847
(-) Amortização acumulada – ativos intangíveis	(23.857)	(22.561)
Total do Ativo	5.734.896	4.937.432

9. Outros créditos – diversos

	2019	2018
Depósitos judiciais (a)	24.842	15.028
Recebimentos diversos (b)	42.214	37.596
Títulos e créditos a receber (c)	119.653	125.425
IRPJ a compensar	57.641	55.059
CSLL a compensar	26.025	33.154
Créditos Tributários (d)	276.441	–
Outros	1.088	7.371
Total	547.904	273.633

10. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

	2019	2018
Operações de crédito	1.429.017	1.504.616
Outros créditos	523.062	258.605
Outros valores e bens	116	430
Realizável a longo prazo	179.450	92.129
Operações de crédito	154.608	77.101
Outros créditos	24.842	15.028
Permanente	47.625	53.064
Imobilizado de uso	28.692	31.217
Outras imobilizações de uso	28.692	31.217
(-) Depreciações acumuladas	(32.569)	(25.541)
Intangível	18.933	21.847
Outros ativos intangíveis	18.933	21.847
(-) Amortização acumulada – ativos intangíveis	(23.857)	(22.561)
Total do Ativo	5.734.896	4.937.432

11. Apuração do resultado

	2019	2018
Receitas de intermediação financeira	1.535.070	1.376.990
Operações de crédito	1.433.785	1.290.627
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	101.285	86.363
Despesas da intermediação financeira	(438.118)	(354.914)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(438.118)	(354.914)
Resultado bruto da intermediação financeira	1.096.952	1.022.076
Outras receitas (despesas) operacionais	(524.936)	(401.168)
Receitas de prestação de serviços	6.429	6.664
Despesas de pessoal	(12.430)	(11.769)
Despesas de honorário	(1.913)	(1.974)
Outras despesas administrativas	15 (610.187)	(564.658)
Despesas tributárias	(76.423)	(75.821)
Outras receitas operacionais	195.445	270.521
Outras despesas operacionais	(25.857)	(24.131)
Resultado operacional	572.016	620.908
Resultado não operacional	(93)	(119)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	571.923	620.789
Imposto de Renda e Contribuição Social	(202.450)	(251.450)
Provisão para Imposto de Renda	17 (126.445)	(139.279)
Provisão para Contribuição Social	17 (76.005)	(112.171)
Ativo fiscal diferido	(3.789)	(743)
Participações sobre o lucro	(851)	(743)
Empregados	(851)	(743)
Lucro líquido do semestre	364.833	368.586
Juros sobre capital próprio	–	(82.289)
Quantidade de ações	4.300.000,000	3.700.000,000
Lucro líquido por ação (em reais)	0,08	0,10

12. Despesas de publicidade e propaganda

	2019	2018
Despesas de publicidade e propaganda	120.198	142.799
Despesas de serviços de cobrança	4.906	2.901
Despesas de guarda de valores	191	176
Despesas de tarifas bancárias	64.133	54.936
Despesas com assessoria técnica especializada	8.278	17.460
Despesas de execução e acordos judiciais	13.511	9.423
Total	610.187	564.658

13. Patrimônio líquido – 13.1. Capital social

	2019	2018
Capital social em 30 de junho de 2019, subscrito e totalmente integralizado, é de R\$4.300.000 (R\$3.700.000 em 2018) e está representado por 4.300.000,000 de ações ordinárias nominativas de R\$1,00 cada (3.700.000,000 ações ordinárias nominativas em 2018 de R\$1,00 cada). Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de março de 2019, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R\$600.000,000, passando de R\$3.700.000 para R\$4.300.000, mediante a emissão de 600.000,000 de ações ordinárias nominativas no valor de R\$1,00 cada. Este aumento foi homologado pelo BACEN em 30 de maio de 2019. 13.2. Reserva de lucros: A reserva legal é constituída a taxa de 5% sobre o lucro líquido até atingir o limite fixado em lei, e o saldo remanescente destinado a reservas estatutárias, ficando a disposição da Assembleia Geral. No período foram constituídos o montante de R\$18.242 (R\$14.316 em 2017) a título de reserva legal. 13.3. Dividendos e juros sobre capital próprio: O capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido ajustado do exercício. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da Diretoria e à Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2019, não foram distribuídos dividendos (R\$1.162 em 2018), e pagos a remuneração do capital próprio aos acionistas, calculada nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, o montante de R\$102.588 (R\$82.289 em 2018). A Instituição possui como controladora, a holding Crefipart Participações e Empreendimentos S.A. Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, a Instituição não operou com essa parte relacionada.		

14. Transações com partes relacionadas – 14.1. Transações com controladores (diretas e indiretas):

	2019	2
--	------	---

... continuação

Crefisa S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos

que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente. Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as

recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de

2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013. O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado

Prudencial, tendo como instituição líder a Crefisa S/A Crédito, Financiamento e Investimento. O Índice de Basileia em 30 de junho de 2019 é de 56,16%. O relatório completo sobre o gerenciamento dos riscos está disponível no endereço eletrônico www.crefisa.com.br.

Leila Mejdalani Pereira – Diretora Presidente
José Roberto Lamacchia – Diretor Superintendente

Celita Rosenthal Boraks – Diretora
Milva Aparecida Pires Ribeiro – Diretora

Diretoria

Ivan Dumont Silva – Diretor
Paulo Sergio de Almeida – Diretor

Márcio Felipini
Contador TC CRC 1SP 197.370/0-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos
Acionistas e Administradores da
Crefisa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos
São Paulo-SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Crefisa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos** (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Crefisa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos** em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais

emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança e administração da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações

contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade

das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de agosto de 2019.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2SP 013.846/0-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Contador CRC 1SP 139.268/0-6